

De José Marinho a Eduardo Lourenço e Miguel Real, passando por Álvaro Ribeiro e Agostinho da Silva – breve reflexão sobre o nosso “atraso”.

Renato Epifânio

Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa

Sendo, desde logo, o nosso descentramento de cariz espacial, geográfico – daí a nossa “situação finistérrea” –, ele é também, senão sobretudo, um descentramento de cariz temporal, histórico. Como escreveu José Marinho¹, esse descentramento histórico é de tal modo acentuado que “nos pensadores de maior consciência teórica ou especulativa, emerge o pensamento português alheio ao tempo da modernidade”².

Para muitos, justifica-se esse desfasamento pelo nosso proverbial “atraso”. Para esses, estranho seria, aliás, que, estando Portugal “atrasado” em relação aos mais

¹ Relativamente às obras de José Marinho, usaremos as seguintes siglas: *Aforismos* (*Aforismos sobre o que mais importa*, “Obras de José Marinho”, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994); *Cor.* (*Correspondência*, vol. do apêndice documental de *A meditação do tempo no pensamento de José Marinho*, Dissertação de Mestrado em Filosofia de Jorge Croce Rivera, Lisboa, UL, 1989); *Doc* (Apêndice documental de *A Doutrina do Nada: o pensamento meontológico de José Marinho*, Dissertação de Doutoramento em Filosofia de Jorge Croce Rivera, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1998); *EAS* (*Elementos para uma antropologia situada*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Investigação Pedagógica, 1966); *Ensaio* (*Ensaio de aprofundamento e outros textos*, “Obras de José Marinho”, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995); *Estudos* (*Estudos sobre o pensamento português contemporâneo*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981); *Filosofia* (*Filosofia: ensino ou iniciação?*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Investigação Pedagógica, 1972); *FP* (*Filosofia portuguesa e universalidade da filosofia e outros textos*, “Obras de José Marinho”, vol. VIII, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007); *LNOT* (*Da Liberdade Necessária e outros textos*, “Obras de José Marinho”, vol. VII, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006); *NISOT* (*Nova Interpretação do Sebastianismo e outros textos*, “Obras de José Marinho”, vol. V, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003); *PFLC* (*O Pensamento Filosófico de Leonardo Coimbra: introdução ao seu estudo*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1945); *PFLCOT* (*O Pensamento Filosófico de Leonardo Coimbra e outros textos*, “Obras de José Marinho”, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001); *SVM* (*Significado e Valor da Metafísica e outros textos*, “Obras de José Marinho”, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996); *Teoria* (*Teoria do Ser e da Verdade*, Lisboa, Guimarães Editores, 1961); *TP* (*Teixeira de Pascoaes, Poeta das Origens e da Saudade*, “Obras de José Marinho”, vol. VI, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005); *VCD* (*Verdade, Condição e Destino no pensamento português contemporâneo*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1976).

² Nas suas palavras: “Dir-se-ia que os nossos filósofos são contemporâneos dos pré-socráticos ou dos renascentes, noutra sentido dos medievais, estranhos à época em que foram chamados a viver pelo mais fundo de suas visões ou da sua compreensão do Ser, ou ainda pelo mais significativo nos modos de compromisso conceptual e imagético pelos quais por vezes se exprimiram.” [*VCD*, pp. 271-272]. Cf., igualmente, *TP*, p. 217: “...este medievalismo impenitente, rígido, perdura entre nós e por certo perdurará, porque não é ele uma forma histórica e temporal como noutros povos europeus, mas sim uma forma funda do nosso ser espiritual. Com isso apresenta Portugal um sentido de inadequação às várias correntes e movimentos de ideias modernas (...).”

“avançados” países da Europa nos mais diversos domínios, não o estivesse também no domínio da filosofia. Para esses, a par de um défice económico, social e político, deve pois mencionar-se um défice cultural, senão mesmo civilizacional, que, por sua vez, se consubstancia num alegado défice filosófico. Eis, em suma, a opinião mais generalizada e, dir-se-ia, a mais “sensata”.

Não propriamente por ter “prazer em discordar” – prazer esse que, aliás, assumiu não ter³ – não é essa, contudo, a visão de Marinho. Daí, desde logo, esta sua dúvida, esta sua interrogação: se Portugal, enquanto essa “região espiritual, a mais agudamente cristã da Europa, que os nossos ‘inteligentes’ desde Luís António Verney vêm considerando a mais atrasada, a mais improgressiva (...), não será, noutro sentido, a mais adiantada, a que primeiro tentou a grande aventura da terra, esgotou os caminhos e ficou à espera que a experiência humanista chegasse à nova encruzilhada”⁴.

Ensaïemos aqui defender essa perspectiva. Não porque, em certos domínios, a situação de Portugal não seja de “atraso”, ou, pelo menos, de “desfasamento”⁵. No entanto, esse “desfasamento” pode, desde logo pela distância que gera, fazer emergir uma visão mais funda. Eis, ainda, o que José Marinho expressamente defende – nas suas palavras: “Separados dos caminhos da Europa, o que não é coisa a lamentar liricamente ou a verberar polemicamente, os portugueses têm por vezes sinais inequívocos do que

³ Cf. *PFLCOT*, p. 99. Daí ainda o dizer-se “o menos polémico dos homens” [cf. *ibid.*, p. 351; cf., igualmente, *TP*, p. 479: “instinto polémico – que não tenho ou sei dominar”].

⁴ *Estudos*, p. 62.

⁵ Não tanto, aliás, no plano “material” mas, sobretudo, no plano “espiritual” – eis, segundo Marinho, a “visão certa” de Sampaio Bruno: “Sampaio Bruno, em sua visão certa, notou que Portugal seguiu inelutavelmente com a Europa e o mundo nas vicissitudes do desenvolvimento técnico, económico, social e político. A mesma obra do ignorado pensador assinala, porém, de ponta a ponta, que o análogo não ocorreu nos caminhos do espírito.” [*FP*, p. 60]

pelo mundo vai.”⁶. Nessa medida, esse nosso “desfasamento” não tem, pois, que ser visto como uma “insuficiência” ou como uma “impotência”⁷, mas como algo que nos pode – sublinhe-se, o “pode” – fazer ver mais fundo, mais longe...

*

Eis, desde logo, segundo José Marinho, o caso, exemplar, de algumas das teses de Sampaio Bruno – nas suas palavras: “Pode e deve dizer-se que o nosso filósofo antecipa com seu pensar ao mesmo tempo difuso e concentrado, algumas das formas mais autênticas da filosofia e dos caminhos da nossa época.”; “Como para todo o pensamento europeu desta nossa era, resultava imperioso para a filosofia portuguesa levar ao limite o sentido da negatividade. Tal foi a façanha decisiva de Sampaio Bruno.”⁸. Quem conhece a sua obra, sabe o que Marinho entende por este “levar ao limite o sentido da negatividade”: trata-se, precisamente, de extremar a “cisão extrema” – a cisão, a “situação de extrema separatividade [do homem] em relação a Deus e à Natureza”⁹, e a si

⁶ *Ibid.*, p. 71. Eis, em particular, a perspectiva que Marinho desenvolve num texto intitulado “Sobre a situação espiritual de Portugal e as falácias do modernismo” [TP, pp. 480-483]: “Acentua-se cada vez mais a minha convicção de que a situação espiritual de Portugal e da nossa Península é sem par e de que os nossos teólogos como os nossos filósofos modernos têm o sentido de algo muito mais sério e obliterado cujo valor de permanência e actualidade a crise actual do cientismo e da metafísica moderna tende a pôr toda a luz (...). Suponho ter encontrado agora uma confirmação para a maneira como interpreto o fundo significado do chamado ‘medievalismo’ e ‘atraso’ dos povos peninsulares (...). Os teólogos portugueses que não seguiram os caminhos da modernidade não eram uns néscios. Pagamos um doloroso preço pela sua atitude e pela escolástica em que nos mantivemos. Néscio parece confiarmos agora a nossa redenção humana na escolástica científico positivista ou pequenamente materialista que nos veio de importação e na qual nenhum pensador sério da Europa acredita já. É esse, no entanto, o caminho que nos é proposto, por aqueles novos escolásticos que representam o passado, fantasmas do humanismo ou do enciclopedismo ou homúnculos filhos das retortas da química ou da teoria evolucionista que ousam falar em nome da ciência como se de uma nova verdade revelada. Sem darem conta, puseram o humano no lugar de Deus, a ciência no lugar da teologia dogmática e supõem em sua ingenuidade de pequenos crédulos que estamos dispostos a cobrir a cabeça de cinza e seguir os seus ditames como os fiéis no templo.”

⁷ Ainda nas palavras de Marinho: “...quando se diz que o pensamento português e peninsular não seguiu os caminhos da Europa moderna (...), cumpre saber se isto resultou de uma insuficiência.” [PFLCOT, p. 505]; “...cabe ver se na verdade os povos latinos meridionais não seguiram por impotência os caminhos da Europa do Norte, ou se os não seguiram por serem diferentes e irredutivelmente diferentes nas suas tendências. Não está provado que aquele que dorme enquanto os outros trabalham, não possa retornar quando acorde a sua tarefa.” [NISOT, p. 247].

⁸ VCD, pp. 83 e 134, respectivamente.

⁹ Cf. *ibid.*, p. 129 (n.1).

próprio –, dado que só assim, na extremação da cisão, será possível potenciar a “união cumulativa” entre “Deus”, a Natureza e o homem...

Ainda que por outros motivos, não considera igualmente Álvaro Ribeiro que o pensamento brunino esteja ultrapassado – ao invés, defendeu que “o pensamento filosófico de Sampaio Bruno, longe de ser retardatário ou anacrónico, pertence à nova idade que contamos a partir de Kant”¹⁰. A mesma consideração estende, aliás, a toda a “filosofia portuguesa” – nas suas palavras: “Afastados da Europa Central, por situação geográfica e por missão histórica, desatentos à aurora e ao crepúsculo da filosofia ‘moderna’, (da Renascença ao Iluminismo), talvez os portugueses preservassem dessa maneira uma qualidade oculta mas original; assim, o que na linha internacional parece marcha retardatária, talvez possa ser interpretado como fidelidade nobilíssima, se não como astúcia antevisora.”¹¹.

Eis, igualmente, a perspectiva de Agostinho da Silva: não devemos lamentar esse “desfasamento”, dado que é ele que nos “salvaguarda” e que pode vir, inclusive, a reorientar a Europa, todo o Ocidente – nas suas palavras: “...quando a técnica tiver esgotado todas as suas possibilidades, quando a economia protestante se verificar plenamente anti-humana, quando a centralização estatal se revelar estéril, Portugal virá de novo construir o seu mundo de paz, por maior que tenha de ser o seu sacrifício: mundo de uma paz que não surja como a Romana ou a Inglesa, do exterior para o interior, de um César para os seus súbditos, dos tribunais para os corpos; paz que se realize antes de tudo nas almas, lei que seja inteiramente não escrita e, no melhor de si, informulada; Reino de

¹⁰ Cf. *Sampaio (Bruno)*, Lisboa, Edições SNI, 1947, p. 24.

¹¹ *O Problema da Filosofia Portuguesa*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1943, p. 15.

Deus que surja pela transformação interior do homem.”¹². Na perspectiva de Agostinho, eis, aliás, a “missão” – ou, melhor dizendo, a “acção”¹³ – pela qual se cumpririam, enfim, as Descobertas¹⁴.

¹² *Um Fernando Pessoa, in Ensaios sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira*, org. de Paulo A.E. Borges, Lisboa, Âncora, 2000, vol. I, p. 91. Daí ainda, a este respeito, estas suas incisivas palavras: “...a Europa foi o único lugar onde Portugal nunca desembarcou e que precisa que agora Portugal desembarque nela. Portugal com o Brasil. Portugal com a África. Portugal com a Ibéria. Para que a Europa possa ter futuro e um futuro decente. Se o Japão tivesse continuado a ser como era, sem os portugueses lá terem entrado naquele feudalismo todo, o que era hoje no mundo? Nada. Se o Brasil tivesse ficado só com os Índios, extremamente interessantes na sua cultura, claro! Mas não significaria hoje nada para o mundo. Portugal trouxe o japonês ao mundo de hoje, Portugal trouxe o índio do Brasil ao mundo de hoje; Portugal trouxe o africano ao mundo de hoje. Portugal precisa agora levar a Europa ao mundo de amanhã porque ela está no mundo do passado.” [cf. Francisco Palma Dias, “Agostinho da Silva, Bandeirante do Espírito”, in AA.VV., *Agostinho [da Silva]*, São Paulo, Green Forest do Brasil Editora, 2000, p. 165]; “Português que viva apenas para Portugal, como acho que queria o Velho do Restelo, não tem significado algum nem vale a pena existir no mundo; temos de viver para o universo, ou seremos inúteis; a nossa filosofia deve poder abranger, dilatando-a a outros povos, a liberdade que a América defende no melhor de sua gente; a segurança económica que a Rússia conseguiu estabelecer dentro de suas fronteiras; a renúncia de bens que depois de ter estado na filosofia de Kung-tse e na de Lao-tse está na de Mao-tse. Sem imperialismos, e corrigiremos a primeira; sem burocracia, e corrigiremos a segunda; sem catecismos, e corrigiremos a terceira. E isto compete aos filósofos, bem alicerçados em fé e matemática, convocar Portugal (...).” [*Dispersos*, introd. de Fernando Cristóvão, apes. e org. de Paulo A. E. Borges, Lisboa, ICALP, 1988, p. 549]. Ou, no caso de Portugal não (se) cumprir, o Brasil – ainda nas palavras de Agostinho: “...que tome o Brasil inteiramente sobre si, como parte de seu destino histórico, a tarefa de, guardando o que Portugal teve de melhor e não pôde plenamente realizar e juntando-lhe todos os outros elementos universais que entraram em sua grande síntese, oferecer ao mundo um modelo de vida em que se entrelaçam numa perfeita harmonia os fundamentais impulsos humanos de produzir beleza, de amar os homens e de louvar a Deus: de criar, de servir e de rezar.” [*Reflexão à margem da literatura portuguesa, in Ensaios sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira*, ed. cit., vol. I, p. 87]. Saliente-se que, para Agostinho da Silva, foi essa outração de si no Brasil que terá “definitivamente livrado Portugal das daninhas influências europeias que não o deixaram ter nem regime cultural nem acção nem política verdadeiramente adequadas à sua mentalidade” [cf. *ibid.*, p. 66], antes procuraram “fazer de Portugal uma Dinamarca latina” [cf. “Desconhecidos, quase”, in *Vida Mundial*, 12/11/1971, p. 25]. Nessa medida, denunciou Agostinho da Silva aqueles que, entre nós, pugnaram por esse modelo – nomeadamente, Antero de Quental, por este ter defendido o abandono dos nossos supostos “particularismos” para “entrarmos outra vez na comunhão da Europa culta” [cf. *Causas da decadência dos povos peninsulares*, Lisboa, Ulmeiro, 1996, p. 67], e Eça de Queiroz, que acusou mesmo de ter criado “um ambiente de desprezo pela pátria” [cf. “As Responsabilidades de Eça de Queiroz”, in *Ensaios sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira*, ed. cit., vol. I, p. 144]. Eis, de resto, a acusação que Agostinho imputou a toda a “Geração de 70” – “geração”, que, segundo Marinho, foi mais a “geração de Oliveira Martins” do que a de Antero [cf. *VCD*, p. 292] –, à excepção de Francisco Manuel de Melo Breyner, conde de Ficalho, que, ao contrário dos outros, “não teve pessimismos, não considerou a nação falida, não troçou de ninguém” [cf. “Desconhecidos, quase”, in *Vida Mundial*, 12/11/1971, p. 27]. Reconstituímos já esta visão de Agostinho da Silva sobre Portugal e o Brasil, bem como sobre a Galiza, a Ibéria e a Europa, bem como ainda sobre a Sociedade de Hoje e o Homem de Sempre, na nossa obra *Visões de Agostinho da Silva*, Lisboa, Zéfiro, 2007.

¹³ Cf. *Conversas com Agostinho da Silva*, entrevista de Victor Mendanha, Lisboa, Pergaminho, 1994, p. 27: “Não sei se [Portugal] teve uma missão, porque isso já teria que meter Metafísica, para saber quem é que entrega a missão e quem é que toma a missão. Mas que teve uma acção, teve seguramente.”

¹⁴ De acordo com Agostinho da Silva, eis, igualmente, a perspectiva de Pessoa – como ele próprio disse, numa entrevista publicada já postumamente: “Mas eu suponho que Fernando Pessoa pensa que Portugal não teve apenas um papel histórico num certo século, para mostrar ao mundo o que era o mundo,

*

Crítico impiedoso deste tipo de perspectivas tem sido Eduardo Lourenço. Daí, a título de exemplo, a sua reiterada denúncia do “irrealismo prodigioso da imagem que os portugueses fazem de si mesmos”¹⁵, “irrealismo” esse que, alegadamente, se consubstancia nos diversos “mitos compensadores da nossa frustração de antigo povo glorioso, como o de um Quinto Império, que terá em Fernando Pessoa a sua expressão mais acabada”¹⁶, consubstanciação essa que o nosso pensador explica desta forma “psicanalítica”: “Portugal tem uma hiperidentidade porque tem um défice de identidade real. Como tem um défice de identidade, compensa-a no plano imaginário.”¹⁷. Ainda assim, não deixou o autor d’ *O Labirinto da Saudade* de antever nesse nosso tão proclamado “atraso” um alcance outro, capaz inclusivamente de fazer com que a Europa se reencontre consigo própria, acto através do qual Portugal, alegadamente, se reconciliaria, enfim, consigo mesmo¹⁸.

Se, para Eduardo Lourenço, as circunstâncias que explicam o nosso “atraso” são também aquelas que “nos tornaram imunes, ou mais imunes que outros, à tentação

que foi o que Portugal fez, mas que precisa continuar essa obra e passar agora a outro descobrimento muito mais importante, que é o descobrimento da natureza humana e da sua realização plena. Que Portugal apenas descobriu os outros continentes, mas que precisa agora que as pessoas descubram, não apenas o mundo que têm fora de si, mas o mundo que têm dentro de si.” [in *Diário de Notícias*, 6/10/1994].

¹⁵ Cf. *O Labirinto da Saudade: psicanálise mítica do pensamento português*, Lisboa, D. Quixote, 1982 (2ª), p. 19.

¹⁶ Cf. *Nós e a Europa: as duas razões*, Lisboa, IN-CM, 1994 (4ª rev.), p. 20.

¹⁷ AA.VV., *Existe uma cultura portuguesa?*, org. da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, coord. de Augusto Santos Silva e Vítor Oliveira Jorge, Porto, Afrontamento, 1993, p. 38.

¹⁸ Nas suas palavras: “À dissolução teórica do Sentido, como ingénuos e impávidos camponeses do Danúbio podemos opor – se não uma certeza à antiga, inalcançável e vã nos tempos que nos cabem – a exigência de um Sentido e, em particular de um sentido ético que nem sucesso económico, nem *performance* científica, nem sofisticação pensante podem substituir. Não é em vão que a Península é a pátria de Séneca. A Europa não inventou um tipo de humanidade mais exemplar que D. Quixote, loucura cristã para tempos regidos pela regra de ouro da objectividade e da legalidade. É quixotesicamente que devemos viver a Europa e desejar que a Europa viva. Com a mesma ironia calma com que Caeiro se vangloriava de oferecer o Universo ao Universo, nós, primeiros exilados da Europa e seus medianeiros da universalidade com a sua marca indelével, bem podemos trazer a nossa Europa à Europa. E dessa maneira reconciliarmo-nos, enfim, connosco próprios.” [*Nós e a Europa: e as duas razões*, ed. cit., p. 37].

niilista”¹⁹, para Miguel Real, analogamente, esse é um “atraso”, um “defeito”, com virtualidades positivas – daí, a título de exemplo, estas suas palavras: “A virtude deste ‘defeito’ poderá ser actualmente postulada como diferença positiva, não enquanto uma barreira ao imperialismo da *world culture* americana do *fast food* e da *fast live*, mas como uma alternativa humanística, generosa, tolerante (a famosa ‘Espanha das Três Religiões’), como se pudessemos oferecer ao mundo uma forma de vida baseada numa *lenteur*, que se adapta aos ritmos e tessituras ambientais e que secundariza o progresso técnico em nome de um estado de vida ocioso. À *vitesse* americana e japonesa como padrão universal de comportamento, a nossa diferença permite-nos saborear a vida como uma *lenteur* espessa (...), que, aspirando ao melhor que a Europa tem (qualidade de vida), não suga dela o industrialismo sem sentido esgotador de recursos e esbanjador de mercadorias.”²⁰.

Tal como estes dois pensadores, também José Marinho anteviu nesse nosso “atraso” um alcance outro, que não só nos tornou “mais imunes à tentação niilista”, como, cumulativamente, nos abriu um outro Horizonte. Como nos adverte, nada está, porém garantido – “tudo depende de filosofarmos”: “A situação de Portugal se afigura pior num sentido e noutra sentido melhor que a dos povos de além-Pirinéus. Pior, porque nos faltou e falta o processo de desenvolvimento científico com tudo quanto o acompanhou, com a experiência e gradual reflexão que lhes foi própria, dos povos nossos

¹⁹ Cf. *ibid.*, p. 35.

²⁰ Cf. *Portugal – Ser e Representação*, Algés, Difel, 1995, p. 156. Cf., igualmente, *ibid.*, p. 174: “Osmosizar *lenteur* portuguesa e *vitesse* europeia é, ao fim e ao cabo, o grande desafio para a estrutura mental de cada português no final deste século, e do seu sucesso ou insucesso dependerá o modelo do nosso comportamento futuro. Como outrora o fizemos por diversas partes do mundo, seremos hoje capazes de plasmar em nós o melhor que a Europa nos pode dar sem que fiquemos esmagados em técnica de betão e alcatrão? Seremos capazes de adaptar à nossa generosidade vicinal a violenta concorrência comercial europeia e mundial? Seremos capazes de aclimatar as modas intelectuais europeias sem perdermos o nosso lirismo de raiz?”.

irmãos mais próximos dos quais nos distanciámos. Melhor porque, justamente por nos ter mantido na obstinada fidelidade ao que foi, se torna possível, com a cisão extrema para todo o passado, na floresta de maravilhas e terrores a que a Europa veio e para a qual arrasta o mundo, uma perspectiva diversa e complementar, e talvez não menos funda, ou não menos lúcida que a deles. Tudo depende evidentemente de filosofarmos e das condições de filosofarmos.”²¹.

Estaremos, contudo, de facto disponíveis para isso?, para nos pensarmos na nossa “situação”?...

RESUMO

Sendo, desde logo, o nosso descentramento de cariz espacial, geográfico – daí a nossa “situação finistérrea” –, ele é também, senão sobretudo, um descentramento de cariz temporal, histórico. Como escreveu José Marinho, esse descentramento histórico é de tal modo acentuado que “nos pensadores de maior consciência teórica ou especulativa, emerge o pensamento português alheio ao tempo da modernidade”.

Para muitos, justifica-se esse desfasamento pelo nosso proverbial “atraso”. Para esses, estranho seria, aliás, que, estando Portugal “atrasado” em relação aos mais “avançados” países da Europa nos mais diversos domínios, não o estivesse também no domínio da filosofia. Para esses, a par de um défice económico, social e político, deve pois mencionar-se um défice cultural, senão mesmo civilizacional, que, por sua vez, se consubstancia num alegado défice filosófico. Eis, em suma, a opinião mais generalizada e, dir-se-ia, a mais “sensata”.

Não propriamente por ter “prazer em discordar” – prazer esse que, aliás, assumiu não ter – não é essa, contudo, a visão de Marinho. Daí, desde logo, esta sua dúvida, esta sua interrogação: se Portugal, enquanto essa “região espiritual, a mais agudamente cristã da Europa, que os nossos ‘inteligentes’ desde Luís António Verney vêm considerando a mais atrasada, a mais improgressiva (...), não será, noutra sentido, a mais adiantada, a que primeiro tentou a grande aventura da terra, esgotou os caminhos e ficou à espera que a experiência humanista chegasse à nova encruzilhada”.

Convocando outros pensadores – nomeadamente, Eduardo Lourenço –, ensaiaremos defender essa perspectiva.

Renato Epifânio: Bolseiro do pós-doutoramento (FCT); Membro do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, do Instituto de Filosofia Luso-Brasileira e da Direcção da Associação Agostinho da Silva; Co-Director da NOVA ÁGUIA: REVISTA DE CULTURA PARA O SÉCULO XXI e Director da Colecção de livros com o mesmo nome (Zéfiro).

²¹ VCD, p. 259.